

## DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

### A FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS PARÂMETROS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS

Emilly Rayanne Coelho Silva<sup>1</sup>; Herlane Barros da Silva Cavalcanti<sup>1</sup>; Flavianne Fernanda Bitencourt Nobrega<sup>2</sup>

O projeto de extensão "Acesso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos" tem como um de seus objetivos a inserção dos parâmetros internacionais de proteção aos direitos humanos na prática jurídica nacional. É recorrente o despreparo dos operadores do direito para a utilização de instrumentos internacionais na jurisdição interna, o que gera prejuízos à consecução da justiça, especialmente em matéria de direitos humanos. Assim, a formação de capital humano apresenta-se como instrumento imprescindível de efetivação dos direitos humanos no Brasil. Nessa perspectiva, a capacitação dos extensionistas para uma melhor compreensão da relação entre o Sistema Interamericano de direitos humanos (SIDH) e o ordenamento interno, bem como para o manuseio adequado de convenções, tratados e jurisprudência internacional, possibilita um melhor desempenho das atividades do projeto e uma melhor formação humanística desses futuros operadores do direito. Nesse sentido, foram promovidas palestras acerca do Direito Internacional, da Corte Interamericana de direitos humanos (Corte IDH) e da Comissão Interamericana de direitos humanos (CIDH), e, igualmente, os alunos foram incentivados a pesquisar e expor, a partir de uma bibliografia sugerida, algumas das temáticas mais relevantes no âmbito do SIDH como justiça de transição, liberdade de expressão, pessoas privadas de liberdade, pessoas com deficiência, direito das mulheres e direito das comunidades tradicionais. Em continuidade, foi feito estudo do livro da professora Evorah Lusci Costa Cardoso, pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do CEBRAP e da Sociedade Brasileira de Direito Público, visando um melhor aproveitamento e a troca de conhecimentos na videoconferência com a autora, prevista para o mês de dezembro; o livro faz relevantes considerações acerca dos fatores que influenciam o tramite processual dos casos na SIDH e a importância do chamado 'litígio estratégico' para um desenvolvimento mais protetivo da jurisprudência Interamericana. Também, com o objetivo de fomentar a adequada utilização de precedentes e integração com a Pósgraduação, os alunos da extensão participarão de minicurso organizado pela professora orientadora. Todas essas atividades contam com o apoio do GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares), entidade da sociedade civil de promoção e defesa dos direitos humanos, com status Consultivo Especial no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU. Observa-se, portanto, que a formação de capital humano, como uma das vertentes do projeto, é essencial não só para formação dos estudantes, como também para efetivação dos direitos humanos no país.

Palavras-chave: capital humano; direito internacional; direitos humanos; sistema interamericano; inovação

1. Aluna do Curso de Ciências Jurídicas, voluntária, emillycoelho@hotmail.com; Aluna do Curso de Ciências Jurídicas, voluntária, herlanecavalcanti@gmail.com; 2. Orientadora, CCJ, flavianne@gmail.com